

Doce indignação

Oscar Vilhena Vieira

Folha de S.Paulo, 11.3.22

Margarida Genevois não parou de trabalhar, um só segundo, pela construção de uma sociedade mais justa

Margarida dificilmente termina uma frase sem um sorriso, ainda que seus olhos possam estar expressando uma profunda indignação. Nascida Bulhões Pedreira, tradicional família do Rio de Janeiro, em 10 de março de 1923, deparou-se com o analfabetismo, a desnutrição e a doença ao mudar-se com o marido, Lucien Genevois, para o interior de São Paulo. Desde então, Margarida não parou de trabalhar, um só segundo, pela construção de uma sociedade mais justa.

Nos anos 1970, combateu o arbítrio e a violência de Estado. Com suas filhas, "correu da polícia". Foi a primeira mulher a ter assento na Comissão de Justiça e Paz, que presidiu duas vezes. Ali ouviu, em primeira voz, o depoimento de quem havia sido torturado e dos familiares que buscavam desaparecidos.

Era a embaixadora da comissão, como lembra Belisário dos Santos Jr.. Viajou o mundo, denunciando as violações ocorridas no Brasil e arrecadando recursos para a manutenção das atividades da comissão. Muitas vezes era a única mulher na sala, para o espanto da comunidade eclesiástica internacional.



Socióloga Margarida Genevois durante o lançamento e debate do livro "Oito Vias Para Ser Feliz", de Frei Betto - Bruno Poletti - 11.dez.14/Folhapress

Margarida sempre teve posição política clara, mas jamais subordinou a defesa da dignidade humana a qualquer ideologia. Seu partido sempre foi o dos direitos humanos. Certa vez, assinou uma nota de repúdio à pena de morte aplicada em Cuba, deixando clara a hierarquia de seus compromissos fundamentais.

Terminado o regime autoritário, Margarida percebeu que a democracia e os direitos humanos não se transformariam em realidade sem muita luta, especialmente para negros e pobres, para mulheres e lideranças comunitárias, para trabalhadores rurais e, sobretudo, para crianças pobres. Para enfrentar esse desafio, em companhia de outros intelectuais e lideranças políticas, contribuiu para a criação da Comissão Teotônio Vilela, em 1983.

Nesse período, Margarida sistematicamente inspecionava unidades de internação de jovens, delegacias, moradores de rua. Viajou ao Araguaia em busca de desaparecidos. Foi à Serra Pelada testemunhar a violência e a devastação.

Em 1987, sua presença evitou um segundo massacre em Marabá, como narrado na bela biografia "Margarida, Coragem e Esperança", escrita por Camilo Vannuchi. Dois dias depois do Massacre de 111 detentos na Casa de Detenção de São Paulo, em 1992, com colegas da Comissão Teotônio Vilela inspecionou o palco da tragédia. Lembro do medo, do sangue no chão e do cheiro de morte que contrastavam com a serenidade indignada de Margarida.

A educação em direitos humanos tem sido outro tema central dessa extraordinária trajetória. Durante a gestão de Luiza Erundina, na Prefeitura de São Paulo, deu início a uma importante iniciativa em parceria com Paulo Freire. Fundou, posteriormente, a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos ao lado de amigas igualmente compromissadas, como Maria Victória Benevides. Se não formos capazes de formar as próximas gerações a partir da lógica dos direitos humanos, dificilmente viveremos em paz, explica Margarida.

Neste momento em que prosperam a boçalidade, o obscurantismo, a violência e indiferença de muitos, é inspirador ver essa extraordinária mulher —que adentra o seu centenário— integralmente engajada na defesa dos povos indígenas, da população de rua e de outros grupos vulneráveis ao lado de seus colegas da Comissão Arns, ou ainda, voltando às ruas de braços dados com seu velho amigo José Carlos Dias, agora de máscara, para defender a vacina, a democracia e, sobretudo, os direitos humanos. Brava Margarida!